



A influência do Oriente Médio na reconfiguração da Eurásia

Sunamis Fabelo Concepción

MEMO
MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

O Monitor do Oriente Médio é um instituto de pesquisa política sem fins lucrativos que fornece informações e análises abrangentes sobre política internacional. Sua produção é disponibilizada para uso de jornalistas, acadêmicos e políticos com interesse nas regiões do Norte da África e Oriente Médio — com destaque para a questão palestina. O portal em português também inclui informações e análises sobre América Latina.

O objetivo do MEMO é influenciar políticas e pautas públicas a partir da perspectiva da justiça social, dos direitos humanos e da lei internacional. Isso é fundamental para obter igualdade, segurança e justiça.

O MEMO gostaria de ver um Oriente Médio definido por princípios de igualdade e justiça, ao promover a restauração dos direitos palestinos, incluindo o direito de retorno e um Estado palestino democrático com Jerusalém como sua capital. O MEMO defende também um Oriente Médio livre de armas nucleares.

Ao assegurar que formuladores de políticas sejam melhor informados, por meio de uma cobertura de mídia justa e embasada, o MEMO busca promover um maior impacto nos atores responsáveis por decisões-chave que afetam políticas regionais e internacionais.

Título: A influência do Oriente Médio
na reconfiguração da Eurásia

Imagem de capa: Túmulo de Gawhar Shad em Herat,
Afeganistão, 10 de setembro de 2016

[Robert Nickelsberg/Getty Images]

Publicado em janeiro de 2022.

© Editora MEMO 2022

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, transmitida ou distribuída, por qualquer forma ou meio, sem expressa autorização prévia dos detentores dos direitos autorais.



Monitor do Oriente Médio
Avenida Conselheiro Carrão, 1077
Sala 706, Vila Carrão São Paulo
Estado de São Paulo, Brasil
+55 (11) 2093-0599
www.monitordooriente.com

A influência do Oriente Médio na reconfiguração da Eurásia

Sunamis Fabelo Concepción

Formada em Filosofia (2007), doutora em Ciências Históricas (2018) e mestre em História Contemporânea e Relações Internacionais (2011) pela Universidade de Havana. Atualmente, colabora com o Centro de Pesquisa para Política Internacional (CIPI), sediado na capital cubana.



É autora de diversos livros e artigos sobre comunicação política e questões concernentes à Eurásia. Além disso, coordena cursos de graduação e pós-graduação na Universidade de Havana e trabalhou como pesquisadora para o Centro de Estudos Europeus entre 2007 e 2010.

A Ásia Central é uma região vista historicamente como ponte entre civilizações, incluindo o Oriente Médio. A desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) culminou no retorno de muitos habitantes da região a suas raízes persas, árabes e islâmicas. A reconfiguração da Eurásia se reflete atualmente em projetos como a União Econômica Eurasiática (UEE), liderada pela Rússia, e a Iniciativa do Cinturão e Rota, também conhecida como Nova Rota da Seda, megaprojeto desenvolvido pela China.

Ásia Central, integração eurasiática e o Oriente Médio

Há pouco mais de dois mil anos, a então chamada Rota da Seda estabeleceu uma ponte extraordinária por estradas que desciam montanhas, atravessavam estepes e convergiam em oásis dos mais diversos, que se estendiam da capital imperial Chang'an, na China, cruzavam as paisagens da Antióquia, na Síria e Constantinopla, e desembocavam nos portões da Europa — e dali, aos reinos hispânicos do século XV. Caravanas de mercadores, soldados e estudiosos viajaram do Oriente ao Ocidente e vice-versa e povoaram cidades e pradarias.

A história da Ásia Central associa-se a duas questões intimamente entrelaçadas. Por um lado, o lendário percurso comercial e sua subsequente troca entre mundos distintos. Por outro, todos os tipos de atividades que se possibilitaram por um ambiente natural específico e que determinaram, em grande medida, cada momento de sua evolução histórica.

Em geral, definir a Ásia Central como região estabelecida é uma das tarefas mais árduas dentre os estudiosos. Sua dinâmica cultural instaurada ao longo do tempo, por meio de pontes, encruzilhadas e encontros entre as mais diferentes civilizações, torna difícil delinear suas fronteiras. Diante disso, o professor Sebastián Stride explica que o único consenso entre os especialistas decorre de uma lógica de exclusão — a Ásia Central é tudo

aquilo que não abrange a China, a Índia, o Sudeste Asiático, a Europa ou o Oriente Médio.

Como afirma Stride: “Essa definição é muito expressiva porque, a despeito do que sugere seu nome, a Ásia Central jamais foi centro de lugar nenhum. Uma ‘terra de ninguém’ entre civilizações, que muitos atlas retratam apenas como Eurásia. Mapas regionais, no entanto, costumam seccioná-la, ao completar as lacunas conforme a perspectiva dos países maiores — principalmente China, Índia, Rússia e Oriente Médio”.

Todavia, outra definição — concedida pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) — complementa essa análise, associada às inspirações culturais que abrangem a região, mais próximas da Ásia, após ondas migratórias substanciais. Essa definição abrange ainda oeste da China, norte do Afeganistão, Irã, Paquistão, Índia, além da região do Cáucaso e da Mongólia. Neste caso, é necessário considerar o processo de turquificação da Ásia Central, que teve início com a primeira migração de povos turcomanos oriundos das montanhas de Altai, sobretudo após ser instaurado o Canato Turcomano, em meados do século VI. Ao longo dos séculos seguintes e até a conquista russa, muitos povos e tribos — principalmente turcos, mas também mongóis — adentraram a Ásia Central da direção nordeste. A migração dos povos turcomanos não parou ali, mas prosseguiu a oeste, ao atravessar o planalto iraniano, o Cáucaso e a Anatólia — após a vitória de Seljuk sobre o Império Bizantino em 1071.

Contudo, o fluxo de pessoas, junto à hegemonia política das dinastias turcomanas — todas as dinastias governantes tinham origem turco-mongol, desde a morte do último soberano samânida, em 1005¹ — resultou

1 Samânida: Império instaurado pela primeira dinastia islâmica iraniana, entre 819 e 1005. Sua capital foi Bucara, atual Uzbequistão. Os samânidas conquistaram quase todos os territórios hoje designados como Afeganistão, Paquistão, Tadjiquistão e Irã, além de boa parte do Turcomenistão e Uzbequistão e certas áreas do Quirguistão e Cazaquistão.

em uma vagarosa, porém gradual, turquificação da Ásia Central. A população que se estabeleceu na área adotou uma cultura sedentária e, em particular, o idioma persa como meio de administração, diplomacia e literatura. Dessa forma, no início do século XX, o idioma predominante em termos culturais e administrativos ainda era o persa. No entanto, a maioria da população fala dialetos turcomanos, pertencentes a três grandes ramos: quipchaque (incluindo o cazaque, o caracalpaque e o quirguiz); oguz (turco e turcomeno); e carluque (chagatai, uzbeque e uigur). Ainda assim, no mundo turcomano, avançamos progressivamente de um dialeto ao outro, muitos dos quais ainda não sistematizados². Os tadjiques, por exemplo, falam farsi — considerado um dos idiomas mais puros de etimologia persa.

Longe de um confronto entre os dois maiores grupos linguísticos, é preciso comentar sobre a civilização turco-iraniana, que continua a caracterizar a região contemporânea. Nesse mesmo contexto, é importantíssimo abordar também a influência do mundo islâmico e os laços indissociáveis entre a Ásia Central e o Oriente Médio. Há ainda os povos turcomenos, provenientes da região centro-asiática e da bacia do Mar Cáspio, além de grupos de origem persa que retornaram às suas raízes após o colapso da União Soviética.

É impossível, portanto, descartar o relacionamento orgânico que a Ásia Central possui com o Oriente Médio — outro conceito geográfico e político que atrai controvérsias. Segundo o professor Reinaldo Sánchez Porro, muitos se referem ao mundo árabe-islâmico, denominação que concede uma noção geral razoavelmente precisa; outros debatem a inclusão do Magrebe ou Irã e Afeganistão em sua concepção do Oriente Médio, ao

2 Em muitas regiões, como Samarcanda, a maior parte da população é bilíngue. Há casos de assimilação linguística de forma recíproca e um idioma como o uzbeque é muito próximo do persa, não somente no que concerne seu vocabulário — mais de 50% das palavras são de origem persa —, como também sua estrutura gramatical.

observar que a desintegração soviética expandiu a área, ao reavê-la parte do Cáucaso e certos países da Ásia Central³.

Sánchez Porro, por exemplo, costuma incluir países não-árabes em sua concepção sobre o Oriente Médio — incluindo o planalto anatólio, as cordilheiras turcas e o próprio Cáucaso, descendo às montanhas persas e ao deserto oriental e, em direção nordeste, subindo novamente às elevações de Pamir. No bloco norte, estão Turquia, Geórgia, Azerbaijão, Armênia, Irã, Tadjiquistão e Afeganistão, além das populações turcomenas na Ásia Central e da porção russa do Cáucaso, como Daguestão, Chechênia e Inguchétia⁴.

Certamente, essa delimitação da área possui um sólido alicerce cultural e religioso, conforme laços históricos que unem os países do Oriente Médio e da Ásia Central, apesar de muitos mapas e estudiosos contemporâneos insistirem em separá-los. O Islã chegou ao sudoeste da Ásia por meio da conquista árabe, que começou com a derrota do último rei sassânida em Merv, hoje Turcomenistão, no ano de 651, e estendeu-se por um século, com a vitória do exército do califado sobre o imperador da China em Talas — sul do Cazaquistão. Tamanho avanço ocorreu em paralelo com a expansão do Canato Turcomano, ao norte. Da mesma forma, afetou a identidade dos povos, dado que o Islã permanece hoje como religião majoritária. Artesãos e artistas responsáveis por obras diversas, incluindo arquitetura e literatura, passaram de corte em corte e mesmo de um estado a outro. Nesse sentido, talvez, seja mais apropriado falar de uma divisão cultural entre manifestações nômades e sedentárias. A primeira é oral, predominantemente turcomana, móvel e tribal; definida por épicos, joias e tapeçarias. A segunda é escrita, monumental e promovida pelas civilizações persa e islâmica; representada pelos domos de Samarcanda, poemas e pinturas em miniatura do Império Timúrida.

3 Ver: Reinaldo Sánchez Porro: Aproximaciones a la historia del Medio Oriente.

4 *Ibidem*.

Porém, não é possível dizer que ambas as modalidades são necessariamente opostas⁵, mas sim dois lados de uma mesma civilização centro-asiática. Isso caracterizou-se por uma vasta receptividade a influências de todas as direções, ao longo dos séculos. A base é iraniana, mas há influência das estepes da Eurásia, do subcontinente indiano, da Grécia antiga, da China (em diversas ocasiões) e, mais recentemente, da Rússia, da União Soviética e do Ocidente.

Dessa forma, podemos concordar que um conceito estabelecido sobre a Ásia Central de fato refere-se a um lugar marcado pelo trânsito humano, um ponto de trocas, de encontros e confrontos, de verdadeira simbiose; sem dúvida, uma experiência única de integração. É possível dizer que a Ásia Central não possui fronteiras claramente estabelecidas, tampouco se restringe à amálgama de influências e meios de contato provenientes da Ásia, Oriente Médio, Europa e Cáucaso. Com isso em mente, a Ásia Central pode significar, mais ou menos, uma extensão de alguns países — sobretudo, as cinco ex-repúblicas soviéticas instauradas na região: Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Mencionamos também o norte do Afeganistão, noroeste do Irã e a província de Xinjiang ou Turquestão Oriental, no noroeste da China, territórios incluídos neste estudo por sua relação próxima com a antiga dinâmica soviética. Essa concepção é, portanto, embasada em um caráter histórico, levando em consideração a fragilidade das construções identitárias contemporâneas do estado-nação.

⁵ Alguns autores, como Alisher Navoi, escreviam em persa e chagatai; os filhos das comunidades nômades eram também enviados para estudar nas madrassas (escolas islâmicas) de Bucara e Samarcanda.

A desintegração da União Soviética

A ocupação russa da Ásia Central resultou na opressão dos povos nativos, com intuito de dismantelar pouco a pouco uma espécie de estado nômade — sob o qual as sociedades locais operaram efetivamente por muitos e muitos anos —, a fim de impor um processo de assentamento sedentário e destribalização forçada. Tais métodos foram aplicados primeiro pela Rússia czarista e então pelo regime soviético, sobretudo sob o domínio de Joseph Stálin, que incutiu pânico nas comunidades e deixou para trás uma sociedade disfuncional.

Entretanto, após o colapso soviético, as populações centro-asiáticas não apenas foram abandonadas à deriva, como manifestaram também um severo trauma identitário, dado que a maioria desses povos carecia de qualquer “projeto de etnicidade”. Suas raízes étnicas foram negadas e suas representações foram convertidas em caricaturas, em nome do empreendimento supranacional da União Soviética.

Agrega-se a isso uma devastadora crise econômica e social, devido à ruptura dos vínculos existentes com Moscou e ao fracasso de um projeto de integração local. O próprio fato de que os países da região concordaram com uma independência por decreto, ditada a partir do exterior, refletiu naturalmente graves limitações à construção de uma nova sociedade.

Dentre os escombros, nasceu a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), em 8 de dezembro de 1991, criada pelos líderes da Federação Russa, Ucrânia e Belarus, reconhecendo em seu acordo correspondente que a União Soviética deixara de existir devido à realidade política e termos da lei internacional. Este fato, a princípio, deixou à região do Cáucaso e da Ásia Central um gosto amargo de indiferença e da predominância eslava; em contrapartida, motivou certa união dos povos falantes de turco e um retorno a suas origens. Seria ainda providencial para desconectar-se enfim do chamado mundo russo; no entanto, mais tarde, e em meio

a desconfiança e protestos, tais países também se integraram à comunidade supranacional.

Historicamente, a Ásia Central é um ponto-chave na interação entre povos de diferentes raízes. No último milênio, a região vivenciou a penetração de tribos turcomanas e mongóis por meio da vasta área entre a cordilheira de Altai e os mares Cáspio e Negro. Esses grupos foram posteriormente convertidos ao Islã, quando entraram em contato com aldeias que abraçaram a religião logo nos primeiros anos de pregação do profeta Mohammed.

Tamanho processo culminou em uma articulação bastante particular entre a cultura persa, com suas fortes tradições hierárquicas, por um lado, e uma espécie de democracia tribal das comunidades turcomanas, junto de suas estruturas sociais, por outro, que mesclou costumes históricos de povos distintos, ao agregar ainda influências europeias e asiáticas.

O domínio czarista e soviético resultou na quase absoluta desagregação da Ásia Central de seus vizinhos históricos e geográficos. Essa transformação tornou-se notável no fim da década de 1970 e início dos anos 1980, por diversas razões; dentre as quais⁶:

- Relativa abertura do regime soviético, que implicou em uma menor participação do Kremlin nos assuntos internos da Ásia Central, em troca de lealdade política dos líderes locais;
- Influência transregional da vitória da Revolução Islâmica no Irã, em 1979;

- A Guerra do Afeganistão (1979-1989), após intervenção do exército soviético e sob protestos da população centro-asiática, sobretudo os tadjiques, que possuem laços culturais e étnicos com o povo afegão, além de maior aderência à tradição islâmica dentre os povos da região;

- A substituição natural das gerações mais velhas de clérigos islâmicos, que adaptaram seus sermões aos principais acontecimentos da União Soviética, por uma geração mais ativa e veemente, por vezes influenciada por movimentos estrangeiros, sobretudo sauditas. Alguns desses religiosos foram patrocinados pelo Ocidente, de forma paciente e sistemática.

Sem dúvida, tais elementos constituíram precedentes importantes, os quais, com a emergência das novas repúblicas centro-asiáticas, catalisaram uma predisposição regional para resgatar laços históricos. As novas repúblicas começaram então a interagir com agentes importantes na política internacional, o que instigou uma série de pressões e influências. Nessa conjuntura, duas tendências integracionistas fundamentais foram claramente delineadas: uma proveniente da própria Eurásia, outra do Ocidente. Ambas se manifestaram por meio de concepções diversas, a partir da qual se promoveu mecanismos de associação, cooperação e consulta.

Uma dessas noções baseou-se na chamada “unidade ariana”⁷, conceito que sugere a integração dos países falantes do persa e a criação de uma espécie de aliança, que seria cultural e etnicamente orientada por Teerã, Cabul e Dexambé, capital do Tadjiquistão — verdadeiro sonho dos líderes

6 Colectivo de Autores: La geopolítica regional de los países del Oriente Medio y el Estado Islámico en Asia Central, p.31

7 “Ariano” aqui se refere aos ramos étnicos indo-europeus, predominantes na Ásia Central, sem relação com a interpretação do termo pela ideologia nazista (Nota da Tradução).

iranianos contemporâneos. Nesse sentido, o Grande Irã⁸, também conhecido como Continente Cultural Iraniano, representa uma região histórica cujas tradições e idiomas bebem de origens persas, além de influências políticas no passado e no presente.

É importante observar que o catalisador de uma “unidade ariana” é justamente a interpretação do Islã. O fator religioso, porém, eventualmente tornou-se uma força que debilitou a construção de pontes entre iranianos e tadjiques sunitas — que compartilham a designação com outras repúblicas islâmicas pós-soviéticas na Ásia Central. Trata-se evidentemente de uma alternativa à expansão xiita nesses espaços; portanto, rechaçada por Teerã. Nesse âmbito, é necessário distinguir entre as relações político-econômicas e as relações religiosas entre os países.

O Paquistão também exerce um papel essencial nessa conjuntura. Em contraste com os princípios do secularismo islâmico, propagados por Mustafa Kemal Atatürk — considerado pai da república moderna da Turquia —, assim como por ideólogos da democracia, o movimento transnacional sunita Tablighi Jamaat adotou uma “ideologia paquistanesa”, articulada sobre cinco componentes fundamentais: o islamismo como religião do Estado; o urdu como idioma nacional; a Caxemira como parte inalienável do território paquistanês; um exército forte como avalista da integridade e prosperidade do país; e o estabelecimento de uma confederação entre Paquistão, Afeganistão, Ásia Central e Caxemira⁹.

8 Grande Irã (segundo a Enciclopédia Iraniana, Continente Cultural Iraniano) refere-se a regiões com forte influência da cultura iraniana. Corresponde a uma vasta área, incluindo o planalto iraniano, as montanhas do Cáucaso e mesmo a bacia do rio Indo. Em uma interpretação abrangente, contém integralmente Irã, Azerbaijão, Armênia, Afeganistão, Turcomenistão, Uzbequistão, Tadjiquistão, Quirguistão e partes do Iraque, Paquistão, Turquia, Síria, Geórgia e China. Ver: Colectivo de Autores: Ob. Cit.

9 Ver: Colectivo de autores: Ob. Cit.

Este último ponto, em particular, é crucial para a análise que aqui desenvolvemos. Não obstante, a designação do Islã como religião oficial seria um primeiro passo para converter o país em um estado teocrático. A adoção do urdu como idioma nacional seria um meio para liquidar pouco a pouco tendências regionalistas. O reconhecimento da Caxemira como território paquistanês serviria de símbolo para a unidade islâmica. Por fim, a admissão do exército como avalista nacional seria um mecanismo para alavancar os outros componentes, incluindo ao converter oficiais e soldados ao islamismo.

Um após o outro, tais cinco componentes do projeto estabelecido pelo general Muhammad Zia-ul-Haq¹⁰ deveriam levar — segundo o jornalista e expert em relações internacionais Ahmed Rashid — à restauração de uma área considerável sob influência sunita, às custas do “Hindustão infiel”, do “Irã herege” e da “Rússia cristã”¹¹.

10 O general Muhammad Zia-ul-Haq (1924-1988) governou a República Islâmica do Paquistão sob lei marcial, entre 16 de setembro de 1978 até sua morte, em um acidente de avião. Em 1977, quando mobilizou o golpe de estado que o levou ao poder, como chefe do exército, ordenou enforcar o ex-premiê Zulfikar Ali Bhutto — pai da futura primeira-ministra Benazir Bhutto. O general Zia desempenhou um papel importante na Guerra do Afeganistão (1979-1989), ao oferecer ajuda financeira e militar aos mujahidin, com forte apoio dos Estados Unidos. Washington prometeu a Zia territórios no noroeste do país, para compensar a perda de Bangladesh. O presidente e general também avançou no programa nuclear do Paquistão, nos anos 1970, que obteve êxito em 1998 e retomou a antiga disputa com a Índia sobre a Caxemira. Ao contrário de Zulfikar Bhutto, mais adepto à laicidade, o general Zia tinha a intenção de criar um estado islâmico sobre os seguintes princípios: proibição dos juros bancários; esmola obrigatória; castigos públicos; imposição do uso de véu pelas mulheres na televisão; entre outras coisas. O general Zia chegou até mesmo a tentar restaurar o califado abolido em 3 de março de 1924, pelo então presidente turco Mustafa Kemal Atatürk. Em 1988, acompanhado por diplomatas estadunidenses, seu avião caiu no Punjab paquistanês, em circunstâncias misteriosas — no entanto, sem evidências concretas de assassinato. Logo após sua morte, a democracia foi restabelecida no Paquistão, com a eleição de Benazir Bhutto.

11 Ahmed Rashid: “Descent into Chaos: The United States and the Failure of Nation Building in Pakistan, Afghanistan, and Central Asia”, em Viking, p. 47.

Três anos após a morte do general Zia, em 1988, a União Soviética também encontrou seu fim. Seis anos depois, o Talibã deu início a suas atividades na porção norte dos territórios islâmicos das repúblicas então instauradas. Em 1996, o movimento islâmico tomou o controle do Afeganistão — embora sob resistência do Vale de Fergana, que abrange Tadjiquistão, Quirguistão e Uzbequistão, e outras regiões da Ásia Central.

Debates em torno do mundo turcomano — ou seu colapso — são diversos, precisamente por sua complexa formação histórica e suas interações ao longo do tempo com a Pérsia, os conquistadores mongóis, o Império Otomano e a Rússia czarista. Em geral, a evolução desse estudo é influenciada ainda por correntes nacionalistas. O conceito de panturquismo é intimamente ligado à noção (ou dogma) do panturanismo, segundo o qual a depressão de Turan — outro nome para a Ásia Central — é vista como uma espécie de construto mítico e histórico que abarca todas as comunidades turcomanas e une todas as áreas sobre as quais estas se expandiram, desde o lago Baikal, no sul do território russo, até mesmo à península dos Balcãs.

Não obstante, após o colapso soviético, a ideia do panturanismo ganhou impulso considerável, ao surgirem cinco novos estados independentes de origem turcomana: Uzbequistão, Turcomenistão, Quirguistão, Cazaquistão e Azerbaijão. Nessa conjuntura, não foi por acaso que a Turquia os reconheceu imediatamente e que esse reconhecimento foi acompanhado pela formação de relações próximas e bastante únicas com cada um deles, apesar de logo todos negarem a possibilidade de instaurar laços de subordinação com o centro do governo turco.

Na década de 1990, o panturanismo adquiriu ainda um caráter mais radical, ao surgir a ideia de se estabelecer um estado único, conhecido como Grande Turan, que supostamente reuniria todos os povos turcomanos. Seriam agregados os povos balcáricos, circassianos, calmucos, chechenos, inguches, ávaros, lezguianos, entre outros — isto é, todos os povos tur-

comanos do Norte do Cáucaso —, além de basquires, iacutos e tártaros (incluindo a Crimeia) e da população dos estados pós-soviéticos (cazaques, quirguizes, turcomenos, uigures e uzbeques).

A ideia jamais avançou, sobretudo devido às enormes diferenças entre seus membros. Entretanto, deve-se observar que um dos principais mecanismos criados para o desenvolvimento e fortalecimento dos laços entre Turquia e as novas repúblicas centro-asiáticas foi justamente a realização de cúpulas periódicas entre chefes de estado dos países turcofônos. Nas palavras do ex-presidente turco Abdullah Gül, esses encontros representaram plataformas de solidariedade e troca de opiniões tanto em termos regionais quanto globais.

A 10ª Cúpula de Chefes de Estado do Mundo Turco ocorreu entre 2 e 3 de outubro de 2009, na cidade de Naquichevão¹², no Azerbaijão. Na reunião, foi aprovada a criação de uma nova estrutura institucional denominada Conselho de Cooperação dos Estados de Língua Túrquica — conhecido também como Conselho Túrquico. Os documentos fundamentais da nova entidade foram então adotados e uma sede foi estabelecida em Istambul. Após a cerimônia de assinatura, Abdullah Gül — então presidente — enalteceu o acordo, ao argumentar que este continha um caráter histórico ímpar, em virtude do qual fundações legais e institucionais foram estipuladas para unificar futuramente o mundo turcomano. Emergiram ainda outros projetos de certo eurasianismo turcomano¹³, mas que jamais se materializaram até então.

O termo eurasianismo é vastamente utilizado por líderes do Partido de Ação Nacionalista da Turquia, no contexto de uma união turcomana. Para a elite turca, o conceito inclui os territórios do Cáucaso, da Ásia Central e

12 Território azeri enclavado no oeste da Armênia, sem continuidade geográfica com o resto do Azerbaijão.

13 Turquia, Rússia e Cazaquistão são os três países cujo território estende-se a Europa e Ásia.

da própria Turquia, ao considerá-los uma entidade unificada. Ao mesmo tempo, o eurasianismo pode ser compreendido como uma ideologia que abrange a China, a Rússia e a Turquia. A partir de uma outra abordagem, trata-se ainda de um termo adotado entre os turcos para explicar seus planos de projetar influência política e econômica.

Trata-se de uma questão absolutamente complexa, na qual se entrelaçam diversos contextos históricos que repousam sobre as fundações da região como um todo e de sua integridade. Não por acidente, logo nos primeiros anos de independência e retorno às raízes, doutrinas ancestrais e políticas pragmáticas conviveram na Ásia Central, como uma das primeiras expressões — quiçá incipientes — do que se tornaria uma tendência integracionista entre tais povos, concentrada na busca por referências nacionais a fim de construir certa unidade de ação.

A união econômica da Eurásia e a Nova Rota da Seda: Construindo um futuro conjunto

O eurasianismo, uma das tendências perdidas na história pós-Guerra Fria, começou a ser reconhecido como ideologia no Cazaquistão, logo nos primeiros instantes de sua independência. Desde o princípio, o presidente Nursultan Nazarbayev compreendeu que o CEI seria apenas um primeiro passo na transição a um processo cada vez mais forte de integração regional. Nazarbayev propôs a ideia em diversas ocasiões. Em 1994, na Universidade Estatal de Moscou, o líder cazaque mencionou inclusive um projeto da União Eurasiática.

A construção de uma Eurásia unificada foi pensada como uma colaboração internacional abrangente, com a participação de todos os grupos étnicos presentes historicamente na região. Em 12 de outubro de 2012, ao discursar no Fórum de Negócios Turco-Cazaque, em Istambul, Nazarbayev manifestou suas ambições: “Do Mar Mediterrâneo às montanhas de Altai vivem mais de 200 milhões de nossos irmãos. Se nos juntarmos, sere-

mos um estado enorme e influente em todo o planeta”¹⁴. Acrescentou: “Vivemos nas terras de todo o povo turco. Em 1861, quando assassinaram o último governante do Canato Cazaque, éramos uma colônia do czarismo russo; em seguida, da União Soviética. Ao longo de 150 anos, os cazaques perderam seus costumes nacionais, sua religião e seu idioma. Com a ajuda de Deus, proclamamos nossa independência em 1991. Vossos ancestrais, que deixaram sua pátria histórica no Canato Turcomano, levaram consigo a designação gentílica. Até hoje, os melhores cavaleiros são chamados pelos turcos de ‘cazaques’. Ora, nós somos os cazaques”¹⁵. Suas palavras foram então acompanhadas pelo ritual de hasteamento da bandeira do Conselho Túrquico, consolidado três anos antes, no Azerbaijão.

A visão cazaque de integração regional — embora centralizada — tinha em consideração um ponto de vista pragmático sobre as capacidades em potencial da Ásia Central, conferindo papéis fundamentais nesse processo a Rússia e China, uma espécie paradoxal de continuidade e ruptura com a concepção tradicional da Eurásia, ao incluir tais países no novo cenário enquanto buscava preservar seus principais postulados. Dessa forma, para o presidente russo Vladimir Putin, tais projetos foram considerados particularmente sedutores. Suas projeções geopolíticas convergiam com o reposicionamento de Moscou como agente regional e internacional e com o deslocamento das potências ocidentais.

Nesse contexto, em 2010, a União Econômica Eurasiática (UEE) foi retomada por Putin e então promovida como importante órgão de integração político-econômica. Para tanto, uma série de estruturas ganhou força ao longo dos anos, incluindo a União Aduaneira Rússia-Belarus-Cazaquistão e o Espaço Econômico Eurasiático¹⁶, com potencial para expandir-se a outros

14 Centro de Prensa Internacional: “El panturquismo ayer y hoy”.

15 Ibidem.

16 Em 1999, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão assinaram o Tratado de Espaço Econômico Único, para promover a integração e a cooperação na região.

membros da CEI, além da Comunidade Econômica Eurasiática (CEEA), composta por Belarus, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia e Tadjiquistão.

Como planejado, a CEEA foi formalmente instaurada em 2015, por meio de um acordo cujos primeiros passos foram tomados em âmbito econômico, a fim de aproveitar o potencial geopolítico da região, a situação privilegiada da Rússia, a industrialização de Belarus e o entusiasmo do Cazaquistão, às margens do Mar Cáspio, essencial para obter e exportar energia e recursos estratégicos.

Nesse sentido, a união aduaneira formada por Rússia, Belarus e Cazaquistão foi crucial para a consolidação do projeto proposto por Putin para a Eurásia. Para o presidente russo, a iniciativa respondia a objetivos geopolíticos que demandavam a participação da Ucrânia¹⁷ — sujeita à decisão de Kiev de associar-se ou não à chamada Parceria Oriental com a União Europeia, que reduziria a zero as chances de se filiar à entidade trilateral, de acordo com Putin. Nesse entremeio, em 2013, eclodiu no leste ucraniano um conflito que culminou na anexação da Crimeia por Moscou, em 18 de março do ano seguinte. A península em disputa possuía uma população majoritariamente russa. O episódio sobressaltou as repúblicas da Ásia Central, também habitadas por minorias russas consideráveis¹⁸. O susto foi tamanho que o presidente cazaque, Nazarbayev, absteve-se em

17 Convém considerar que, no imaginário nacionalista russo, a Ucrânia representa o coração cultural e ancestral da cultura eslava. Alguns políticos destacam também a importância do país no tabuleiro geopolítico eurasiático, precisamente por sua capacidade de escolher seu próprio caminho. Sua preferência em integrar-se à Europa, ao invés de retornar à esfera de influência da Rússia, tem um efeito fundamental no equilíbrio de poder entre as forças influentes na região. Nesse contexto, suscitou-se o debate entre sua aproximação com a União Europeia ou sua filiação à União Econômica Eurasiática, dado sua localização privilegiada como “cabeça de ponte” ou, segundo o cientista político Zbigniew Brzezinski, “a margem europeia da pátria-mãe”.

18 No Cazaquistão, as minorias russas constituíam 35% da população em 2002 e 23.7% em 2017; no Quirguistão, 18% em 2002 e 7.7% em 2017; no Turcomenistão, 7% em 2002 e 4% em 2017; no Uzbequistão, 6% em 2002 e 5.5% em 2017.

uma votação na Organização das Nações Unidas (ONU) para invalidar o referendo sobre a anexação da Crimeia, naquele mesmo mês de março.

Sob tais circunstâncias, o projeto da UEE foi virtualmente paralisado. A assinatura do acordo marcada para 1º de maio foi postergada a 29 de maio, após Putin reunir-se com Nazarbayev no Cazaquistão e lhe assegurar que seu país não encontraria o mesmo destino da península ucraniana. Por fim, a filiação da Ucrânia à união aduaneira foi descartada indefinidamente e o projeto de união eurasiática, em geral, assumiu um caminho distinto que abriu suas portas ao mundo turcomano. O novo bloco comercial começou a operar em 1º de janeiro de 2015.

Em 8 de maio, o presidente russo e seu homólogo chinês Xi Jinping assinaram um decreto de cooperação, a fim de vincular a evolução da União Econômica Eurasiática à Iniciativa do Cinturão e Rota, promovida pela Organização para a Cooperação de Xangai (OCX). No mesmo encontro, ambos assinaram também diversos tratados comerciais, financeiros e de energia, com intuito de fortalecer laços econômicos bilaterais. Após o evento, Putin afirmou que a integração entre a união eurasiática e a Nova Rota da Seda indicava uma nova escala de parceria entre as partes, por meio de um mercado comum em âmbito continental¹⁹.

Em setembro de 2013, Xi Jinping fez uma turnê ao Turcomenistão, Quirguistão, Cazaquistão e Uzbequistão. Como resultado, seu governo ampliou relações com os regimes turcomeno e quirguiz à dimensão de “parceria estratégica”, algo já conquistado junto aos outros países. Nesse contexto, a cidade de Bisqueque — capital do Quirguistão — sediou a 13ª Cúpula de chefes de Estado da Organização para a Cooperação de Xangai, na qual os avanços chineses desfrutaram de um ambiente favorável para angariar consenso entre a Rússia e seus parceiros centro-asiáticos sobre uma estratégia para materializar a Nova Rota da Seda.

19 Serguéi Markedónov: Ob. Cit.

O cinturão por terra — que deve atravessar a Ásia Central — pretende conectar o Cáucaso, o Oriente Médio, o Mar Mediterrâneo e a Europa. O trajeto marítimo, por sua vez, busca interligar uma série de portos para além do Mediterrâneo e do Oriente Médio, incluindo nos continentes da África, Ásia e América. Em geral, a iniciativa deve ser compreendida dentro de uma lógica na qual seus percursos por mar e terra complementam um ao outro, favorecendo a interdependência e o desenvolvimento mútuo e promovendo a competição regional em um ambiente global de políticas cada vez mais agressivas. Dessa forma, pressupõe-se que a integração regional seja uma potencial fonte de prosperidade e estabilidade ao intensificar todos os tipos de laços entre as nações que integram o projeto.

O desenvolvimento da Nova Rota da Seda, com foco em um componente eurasiático e um olhar estratégico para além da região, representa mais outro aspecto do supracitado retorno da Ásia Central e do Cáucaso a suas raízes — a partir do colapso soviético —, com a restauração de seu vínculo com a cultura e história do Oriente Médio.

Tais elementos foram interpretados e adotados por Pequim como catalisadores do desenvolvimento regional em um conceito amplo da Eurásia, no qual a interdependência entre as partes é cada vez mais importante. Seu ambicioso projeto de integração comercial absorve, portanto, essa perspectiva. O corredor econômico entre China, Ásia Central e Oriente Médio já testemunhou, por exemplo, a chegada de uma ferrovia destinada ao transporte de bens entre a potência asiática e o Afeganistão. O primeiro trem a cumprir essa missão partiu da cidade costeira de Nantong, com 84 contêineres de carga, atravessou a província de Xinjiang, o Cazaquistão, entre outros territórios, e então adentrou em solo afegão pela cidade de Haraitan, na fronteira com o Uzbequistão²⁰.

20 Para tanto, atravessou a chamada Ponte da Amizade, construída pela União Soviética em 1985 para transportar soldados, além de oficiais militares e mesmo assessores ministeriais, durante a guerra contra os futuros talibãs.

Para o Afeganistão, tamanha integração significa a abertura de uma nova rota por terra com diversos países, a fim de importar e exportar mercadorias. O trajeto, conforme as esperanças de Cabul, pode gerar uma alternativa concreta ao principal ponto de acesso utilizado até então — isto é, o porto de Gwadar, no litoral do Paquistão. Com a nova rota, o regime chinês planeja fortalecer laços com o Afeganistão, com o qual compartilha fronteiras, além de colaborar para sua estabilização política e econômica — tarefa que tornou-se recentemente prioridade de Pequim. A questão de uma guerra permanente com o Talibã representa, portanto, uma ameaça material aos planos da China, de modo que é urgente apaziguar a região para instaurar, a curto prazo, um papel mais ativo da potência asiática no processo de paz.

A pacificação afegã beneficiaria também outro percurso comercial: o chamado Corredor Econômico China-Paquistão (CECP), projeto estratégico de longo prazo para conectar Xinjiang com Gwadar, estimado em US\$45 bilhões. A proposta compreende a construção de rodovias, parques industriais e usinas de geração de energia, para então interligar a região de fronteira entre os países com a cidade portuária, através de algumas das localidades mais inóspitas e instáveis do Paquistão. Para Islamabad, o corredor significa a possibilidade de fortalecer a si próprio no plano econômico e aprimorar sua infraestrutura terrestre, além de gerar empregos, aumentar sua produtividade e expandir suas exportações. Para Pequim, representa uma maior presença no Oceano Índico e no Mar Árabe e uma oportunidade para facilitar seu comércio com os países do Sul da Ásia, da Eurásia e do Oriente Médio, além de conferir meios para monitorar a presença estrangeira no Afeganistão.

Washington e Nova Delhi opõem-se ao projeto. De sua parte, James Mattis — ex-Secretário de Defesa dos Estados Unidos — expressou receios de que a rota sino-paquistanesa possa atravessar territórios disputados. Para a Índia, trata-se de uma grave violação de sua soberania, pois o novo percurso passa abertamente por uma área considerada ocu-

pada pelo Paquistão. Além disso, ambos acreditam que o corredor permitirá um aumento da presença militar chinesa no Oceano Índico, em detrimento de seus interesses na região.

Não obstante, trata-se de uns principais trajetos do plano expansionista chinês, para assegurar maior segurança às vias terrestres da Nova Rota da Seda e restringir acesso de supostos extremistas islâmicos operantes em Xinjiang, vasta região de fronteira que abriga a minoria uigur, sob perseguição. Além disso, proteger fronteiras e asseverar a estabilidade dos países adjacentes à Ásia Central tornou-se ainda mais relevante após um atentado contra a embaixada chinesa na capital quirguiz, de modo que a consolidação do Corredor Econômico China-Paquistão permanece cercada por enormes desafios e incertezas.

Em agosto de 2016, China e Afeganistão realizaram seu primeiro encontro de Diálogo Militar Estratégico, no qual os representantes chineses enfatizaram, segundo a imprensa oficial, que atividades terroristas internacionais entraram em uma “nova fase”, capaz de ameaçar a segurança e estabilidade regional. A presença dos Estados Unidos na região — ou sua subsequente debandada —, como impulso a uma mudança nas relações entre Pequim e Cabul, não deve também ser subestimada, sobretudo após o governo do ex-presidente Donald Trump, que buscou expandir sua influência dentre os regimes centro-asiáticos. Esse cenário, apesar dos desafios presentes, levará certamente a uma espécie de resistência institucional a políticas agressivas em termos de economia, comércio e investimento, além da gradual retirada dos países ocidentais da arena em questão.

No caso do Irã, devemos observar que sua presença tem função estratégica para a coesão centro-asiática, dado que estimula avanços substanciais em infraestrutura, esquematizados pela Nova Rota da Seda. Não somente a China é um enorme mercado consumidor de petróleo iraniano, como é também o maior importador de seus produtos. O Irã é essencial,

portanto, ao plano chinês de criar novos centros industriais e logísticos na Europa e Ásia Central.

A consultora estratégica Debalina Ghoshal observa: “[A China] possui interesse sobre a situação geoestratégica do Irã, tanto por seu acesso ao Mar Cáspio quanto por sua presença no Golfo Pérsico. Sua localidade permite implementar a Nova Rota da Seda com apoio de Teerã, em parte, já conectado com uma seção já concluída do projeto. Desde 2015, em cerca de cinco anos de trabalho, volumes impressionantes de carga já circularam ao longo de uma ferrovia estabelecida entre cidades da China, do Cazaquistão, do Turcomenistão, da Rússia e do Irã. O trajeto em questão permite ainda que o transporte de carga seja transferido de caminhões a trens, conectando portos e terminais essenciais na região do Mar Cáspio”²¹.

Desde abril de 2017, Moscou e Teerã engajaram-se em discussões sobre a construção de um canal marítimo entre o Mar Cáspio e o Golfo Pérsico. Rússia, Azerbaijão e Irã também concordaram em acelerar seu diálogo sobre um corredor norte-sul para transportar mercadorias. Uma vez concluído, esse corredor reduziria o tempo de percurso entre Mumbai e Moscou, via Ásia Central, hoje estimado em 40 dias, a somente duas semanas, sem depender da onerosa passagem pelo congestionado Canal de Suez.

Por outro lado, o Oriente Médio tornou-se indispensável para conectar os mercados chinês e europeu, incluindo via Mediterrâneo. É por isso que fortalecer o contato e a segurança entre os países da região é fundamental para Pequim. Nesse sentido, todavia, o projeto egípcio de Suez detém ainda grande importância na cooperação com a China. Através de Suez, países como Arábia Saudita, Omã e outros colaboram com a potência asiática para desenvolver áreas industriais similares. O governo chinês con-

21 Engdahl, F. William (2017). El triángulo estratégico Irán-China-Rusia. CEPRID. Disponível em: <https://www.geopolitica.ru/es/article/el-triangulo-estrategico-iran-china-rusia>

sidera ainda uma eventual integração entre a Nova Rota da Seda e os planos de desenvolvimento da Jordânia e da Árabia Saudita, denominados respectivamente Visão 2025 e Visão 2030.

Tensões na Síria e Iraque, a questão israelo-palestina e o bloqueio instituído contra o Catar — em vigor entre 2017 e 2021 — tornaram-se assuntos cruciais para determinar a realização de tais projetos estratégicos. Apesar de Pequim insistir em um papel de observador sobre os conflitos regionais, seu projeto trilionário pode instigar uma mudança de postura. Dessa maneira, um dos primeiros passos adotados foi justamente coordenar ações com outros agentes relevantes, sobretudo a Rússia e organizações internacionais.

Além de aprimorar a colaboração a jusante e montante em termos de petróleo e gás natural, a China planeja desenvolver fontes renováveis, como energia solar, eólica, entre outras. A gigante asiática considera ainda trabalhar junto dos estados árabes para explorar o desenvolvimento pacífico de energia atômica. Tais investimentos serão provavelmente associados a outros setores, incluindo indústria e lançamento de satélites, assim como trocas relacionadas para treinamento de profissionais e prestação de serviços especializados. A fim de promover a industrialização no Oriente Médio, o governo chinês colabora também com os países árabes para implementar programas de infraestrutura. Até então, Pequim investiu US\$15 bilhões no setor industrial da região, por meio de empréstimos especiais, além de estabelecer fundos de investimento estimados em US\$20 bilhões, junto dos Emirados Árabes Unidos e do Catar.

Nesse cenário, no qual a Nova Rota da Seda avança — para conectar as principais encruzilhadas da geopolítica global, compartilhar informações entre os países e mesmo unir mundos considerados bastante diferentes —, os desafios enfrentados pelo megaprojeto, em um contexto regional e internacional cada vez mais volátil, sobretudo em áreas onde fronteiras materiais são frequentemente questionadas, não devem ser ignorados.

Referências bibliográficas

Stride, Sebastian: “Identidad y espacio en Asia Central”, CIDOB d’Afers Internacionals, 2005.

Sánchez Porro, Reinaldo: Aproximaciones a la historia del Medio Oriente, Editora Universitaria Félix Varela, Havana, 2004.

Colectivo de autores: La geopolítica regional de los países del Oriente Medio y el Estado Islámico en Asia Central, Editorial Académica Española, Madrid, 2017.

Rashid, Ahmed: El mundo después del 11 de septiembre de 2001, Península, Barcelona, 2002.

Centro de Prensa Internacional: “El panturquismo ayer y hoy”. Disponível em: <http://eu.eot.su/2016/02/27/el-panturquismo-ayer-y-hoy/> (30/5/2016)

Markedónov, Serguéi: “¿Es realista la Unión Euroasiática?”. Disponível em: https://es.rbth.com/articles/2011/11/01/es_realista_la_union_euroasiatica_13055 (24/7/2012)

Engdahl, F. William: El triángulo estratégico Irán-China-Rusia. CEPRID. Disponível em: <https://www.geopolitica.ru/es/article/el-triangulo-estrategico-iran-china-rusia>. (2017)

MEMO

MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

Criando Novas Perspectivas



monitordooriente.com



[/monitordooriente](https://www.facebook.com/monitordooriente)



[@monitordoorient](https://twitter.com/monitordoorient)



[@monitordooriente](https://www.instagram.com/monitordoorient)